



ATA DA 01ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO 1º PERÍODO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM, REALIZADA 30 DE JANEIRO DE 2026, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM.

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, no plenário Deputado Murilo Aguiar, foi declarada aberta a primeira sessão extraordinária do primeiro período da segunda sessão legislativa da 20ª legislatura da Câmara Municipal de Camocim. A sessão, convocada pela Prefeita Maria Elizabete Magalhães, visava discutir projetos de lei que aprovavam o reajuste dos professores e a equiparação do salário mínimo dos servidores do quadro geral da prefeitura municipal de Camocim e da Câmara Municipal de Camocim, em conformidade com o salário mínimo vigente no país, conforme estabelecido pelo artigo 21 da Lei Orgânica e Regimento Interno. Após a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, solicitada pelo Vereador Geovã e aprovada por unanimidade, foi feita uma comunicação sobre a solenidade de posse dos conselhos comunitários de Defesa Social do município, agendada para 6 de fevereiro. Em seguida, foram apresentados o Projeto de Lei nº 01/2026, de autoria do Poder Executivo, que concede reajuste salarial aos profissionais do magistério e da educação; o Projeto de Lei nº 02/2026, também de autoria do Poder Executivo, que concede a revisão geral do salário mínimo vigente; e o Projeto de Lei nº 01/Legislativo, que concede a revisão salarial do salário mínimo vigente aos servidores da Câmara. A sessão foi suspensa por cinco minutos para que as comissões de Constituição, Justiça, Finanças, Orçamento, Educação e Saúde pudessem deliberar sobre os referidos projetos. Reaberta a sessão, iniciou-se a discussão dos projetos, que ocorreram de forma conjunta. O Vereador Marcos criticou o reajuste dos professores, considerando-o irrisório (em média R\$ 100) e questionou o destino dos recursos do FUNDEB, além de apontar uma baixa referência (1,5%) para a progressão dos professores em comparação com outros municípios, afirmando que a prefeita, sendo educadora, deveria ter "vergonha" de assinar tal lei. Em resposta, o Vereador Cléber e o Presidente da Câmara defenderam a responsabilidade fiscal da Prefeita, a aprovação de todas as contas da gestão e o reconhecimento público do trabalho na educação, refutando as críticas como "retórica de oposição" e destacando que o aumento do magistério, somado à progressão de 1,5%, totalizava 6% para 100% dos professores. O Vereador James parabenizou a Prefeita e o Presidente da Câmara pela agilidade em convocar a sessão, garantindo que nenhum servidor fosse prejudicado. O Vereador Zézinho lamentou o tom "pejorativo" do Vereador Marcos contra a gestora, ressaltando a reeleição da prefeita com ampla maioria como prova de sua capacidade. O Vereador Juliano Cruz, embora favorável aos projetos por serem um benefício, manifestou o desejo de um aumento ainda maior para a categoria, enfatizando a importância da valorização dos professores. Os vereadores Neir Lan e Chiquinho do Peixe, participando por videochamada, manifestaram voto favorável, com a Vereadora Neiri do Dão considerando o reajuste "irrisório, mas favorável". A votação nominal dos três projetos (reajuste do magistério, revisão geral do salário mínimo do executivo e revisão salarial do salário mínimo do legislativo) resultou na aprovação unânime de todas as matérias. Não havendo mais nada a tratar, a sessão extraordinária foi encerrada, convocando as senhoras e senhores vereadores para a sessão ordinária de abertura dos trabalhos de 2026 para o dia 9 de fevereiro, às 18h, no plenário Deputado Murilo Aguiar. Paço da Câmara Municipal de Camocim, em 23 de fevereiro de 2026.

Antonio Emanuel de Almeida Sousa
Presidente

Francisco Gomes de Araújo
Vice-Presidente

Ana Carolina Tomaz de Queiroz Veras
1ª Secretária

Raimundo Nonato da Costa
2º Secretário